



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2021

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA GLOBAL
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
UNIDADE ADMINISTRATIVA VINCULADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 8.666/93

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM CBUQ- CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE NA AVENIDA MARCOLINO PEREIRA VIEIRA – CENTRO DO MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA/RS.

MUNICIPAL DE ANDRÉ DA ROCHA - RS, representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Senhor Vilmar José Marcon, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, torna público, para o conhecimento dos interessados, na sala de licitações, localizada no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Marcolino Pereira Vieira, nº 1393 Centro, cidade de André da Rocha/RS, a Comissão Permanente de Licitações, devidamente designados, se reunirão com a finalidade de receber documentos e propostas para a contratação de empresa com fornecimento de mão de obra e material para recapeamento e pavimentação asfáltica com CBUQ- na Avenida Marcolino Pereira Vieira, centro de André da Rocha/RS, devendo ser executada em estrita conformidade nos termos do projeto técnico, memorial descritivo, planilha de orçamento e cronograma físico-financeiro, que integram o presente Processo Licitatório.

1. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS:

A abertura dos envelopes se dará, em sessão pública, na data, local e horário abaixo indicados:

LOCAL	DATA	HORÁRIO
Sala de Licitações-Centro Administrativo Municipal-André da Rocha/RS	10/05/2021	09:00

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO:

Poderão participar da licitação as empresas do ramo pertinente ao objeto ora licitado e que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital, cadastradas na Prefeitura Municipal de André da Rocha/RS ou que apresentarem toda a documentação necessária para o cadastro até o terceiro dia anterior ao fixado para o recebimento das propostas, à Comissão Permanente de Cadastro, em horário de expediente da repartição.

3. DO OBJETO LICITADO:

3.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa, sob regime de empreitada global, compreendendo o fornecimento de material e mão-de-obra para execução de recapeamento e pavimentação asfáltica com concreto betuminoso usinado a quente –CBUQ, na Avenida Marcolino Pereira Vieira, centro de André da Rocha/RS, com área a ser recapeada de 5.685,60m², e com área a ser pavimentada de 4.518,20m² no lado "A" e 4.980,20m² no lado "B". Devendo ser executado de acordo com projeto, orçamento, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo anexos, que ficam fazendo parte integrante do presente Edital.

3.2. A empresa participante da presente licitação deverá obedecer rigorosamente às disposições contidas nos documentos abaixo relacionados, que fazem parte integrante do presente processo licitatório (Anexos I a IV), para fins de correta execução do objeto:

- a) Projeto** (Anexo I);
- b) Memorial Descritivo** (Anexo II);
- c) Planilha de Orçamento de Custos e Quantitativos Unitários** (Anexo III);
- d) Cronograma físico-financeiro** (Anexo IV).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
“PEQUENO GRANDE PAGO”

4. DO CADASTRO

4.1. Para efeitos de cadastramento, os interessados deverão apresentar, até o dia **06/05/2021**, à Secretaria Municipal da Administração, na Prefeitura Municipal, os seguintes documentos:

4.1.1 Capacidade Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Obs.: independente do documento apresentado, o objeto social da licitante deverá ser compatível com o objeto licitado.

4.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- c) prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (Certidão Conjunta Negativa),
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, da sede do licitante;
- f) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011 e a Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

4.1.3. Qualificação econômica

- a) Certidão atualizada de registro da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA/ RS), ou com visto da mesma no caso de empresas sediadas em outro estado;
- b) Certidão de registro do responsável técnico da empresa, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA/ RS), ou com visto da mesma no caso de empresas sediadas em outro estado;
- c) Declaração assinada pelo representante legal da empresa, de que a mesma possui pessoal técnico e os equipamentos necessários para a execução da obra; A equipe mínima necessária deverá ser composta de 01(um) Engenheiro civil, 01(um) laboratorista, 01(um) topógrafo, ambos com aptidão para desempenho das atividades, nas quantidades e prazos exigidos, e de disponibilidade de aparelhamento técnico adequado para a realização do objeto da licitação.

OBS: Deverá apresentar relação nominal do quadro de funcionários e profissionais da empresa que executarão a presente obra, com respectiva cópia da carteira profissional de trabalho e/ou contrato de trabalho.

- d) Prova de que a empresa possua no quadro funcional permanente um profissional de nível superior registrado no CREA/RS, com registro para execução de todas as etapas da obra. Em se tratando de sócio da empresa, por intermédio do contrato social e no caso de empregado, mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional e guia de recolhimento do FGTS onde conste o nome do profissional, ou contrato de prestação de serviço;
- e) Atestado de capacitação técnica, em nome do profissional técnico da empresa licitante, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, devidamente registrado no CREA, acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico- CAT, comprovando que executou obra de pavimentação asfáltica de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto da licitação.
- f) Atestado de capacitação técnica operacional da empresa, registrado no respectivo conselho de classe, fornecido por Pessoa Jurídica de direito público ou privado de que executou satisfatoriamente, contrato com o objeto compatível em característica quantidades e prazos como o ora licitado;
- g) Os atestados solicitados nas alíneas “e” e “f” poderá ser único, quando o responsável técnico tenha executado obra, nos termos requeridos, pela empresa licitante.
- h) Atestado de Visita Técnica no local da obra, emitido pelo Município, assinada pelo Engenheiro Civil Achilles Bertussi Jr e pelo responsável técnico da empresa, apresentando a respectiva identificação profissional do CREA, cuja visita deverá ser efetuada na **Quarta-feira dia 05 de maio de 2021**, devendo as visitas serem **previamente agendadas até as 17hrs do dia 04 de maio de 2021** com a Secretaria de Coordenação e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
“PEQUENO GRANDE PAGO”

Supervisão do Planejamento da Prefeitura Municipal de André da Rocha, pelo e-mail: comunicacao@andredarocha.rs.gov.br telefone: 54 3611-1330.

OBSERVAÇÃO: Não será aceito visita técnica sem prévio agendamento

i) Licença de Operação (LO) da Usina de Asfalto, em vigor, emitida pelo órgão ambiental competente, que comprove ter a mesma condição de atender ao serviço. Se a usina não for de propriedade da licitante deverá ser apresentada uma declaração de disponibilidade específica para esta licitação, assinada pelo proprietário e/ou responsável da Usina, que esta atenderá ao objeto contratual, devendo ser anexada a respectiva Licença de Operação (LO) em vigor e emitida pelo órgão competente.

Observação: Devido à natureza do Concreto Betuminoso Usinado a Quente, deve ser resguardada a relação temperatura/viscosidade, sendo assim, ser de fundamental importância a proximidade da Usina com o local da obra. Entende-se para tanto, distância máxima de um raio 90 km ou um tempo máximo de deslocamento e descarga do material usinado de até 90 minutos, preservando as especificações conforme DAER (DAER-ES P 16/91).

j) Licença de Operação (LO) para Exploração e beneficiamento de minério em vigor, emitida por órgão competente. Se a britagem não for de propriedade da licitante, deverá ser apresentada a declaração de disponibilidade específica para esta licitação, assinada pelo proprietário da britagem, que esta atenderá ao objeto contratual, com firma reconhecida, devendo ser anexada a respectiva Licença de Operação (LO) em vigor, emitida por órgão competente.

l) Licença de Operação de Caminhão Espargidor de Asfalto para transporte rodoviário de produtos perigosos, emitida pelo órgão ambiental competente, em vigor. Se o Caminhão Espargidor não for de propriedade da licitante deverá ser apresentada declaração de sua disponibilidade, assinada pelo proprietário, devendo ser anexada à respectiva Licença de Operação.

4.1.4. Qualificação Econômico-Financeira:

a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancete ou balanço provisório, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 meses da data da apresentação da proposta. Os índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação da seguinte fórmula:

- Índice de Liquidez Corrente (ILC) – deverá ser igual ou superior a 1,00 conforme fórmula abaixo:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) – deverá ser igual ou superior a 1,00 conforme fórmula abaixo:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

Índice de Solvência Geral (ISG) – deverá ser igual ou superior a 1,00 conforme fórmula abaixo:

$$ISG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

Índice de Endividamento Total (ET) – deverá ser igual ou inferior a 0,50 conforme fórmula abaixo:

$$ET = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

a.1) A documentação necessária para a comprovação da capacidade econômico-financeira da licitante será constituída pelas demonstrações contábeis constantes do balanço patrimonial, inclusive notas explicativas, referentes ao último exercício encerrado. No caso de Sociedades Anônimas ou de empresas que publicarem seus balanços na forma da Lei nº 6.404/76, poderá ser apresentada somente a publicação no Diário Oficial.

a.2) A empresa que não possuir Balanço Patrimonial por não ter um ano de funcionamento, deve apresentar o balanço de abertura acompanhado por balancete certificado por contador devidamente inscrito no órgão de classe correspondente.

b) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em prazo não superior a 30 (trinta dias) da data designada para a abertura da documentação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
“PEQUENO GRANDE PAGO”

c) Comprovação de a licitante possuir capital social ou patrimônio líquido correspondente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor total estimado da contratação

4.1.5. Declaração que atende ao disposto no art.7º, XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo deste edital (Anexo V).

4.2. Os documentos constantes dos itens 4.1.1 a 4.1.5 poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por servidor do Município de André da Rocha ou por publicação em órgão da imprensa oficial, sendo que os documentos que podem ser extraídos pela *internet* poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprodutível sem autenticação, ficando sujeitos à verificação de sua autenticidade pela Administração.

5. DA APRESENTAÇÃO E DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

5.1. Os licitantes deverão apresentar ou remeter, até a data, horário e no endereço referidos no item 1, deste edital, 02 (dois) envelopes distintos, opacos, fechados e identificados, nº 1 e nº 2, para o que se sugere, em sua parte externa e frontal, as seguintes inscrições:

**AO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA/RS
ENVELOPE Nº 01- DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

**AO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA/RS
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

5.2. No verso dos envelopes constar a denominação social da empresa e o nº do CNPJ, se possível.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Envelope nº 01):

6.1. A licitante deverá apresentar, no envelope de nº 01, os seguintes documentos para sua habilitação:

- a) Certificado de Registro Cadastral-CRC fornecido pelo Município de André da Rocha/RS, específico para o presente processo licitatório, inclusive os documentos de Regularidade Fiscal, que tenham vencido entre a expedição do Certificado de Registro Cadastral e o recebimento das propostas.
- b) Se o proponente for representado por procurador, deverá juntar procuração, com poderes para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação.
- c) Declaração de pleno conhecimento da obra, assinada pelo responsável técnico do licitante, pelo qual reconhece ser viável o cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas, como também ser compatível e satisfatório o prazo estipulado para a execução da obra.
- d) Declaração de submissão à fiscalização técnica e controle do Município, firmada pelo responsável técnico do licitante;
- e) Declaração de que a Empresa não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de 16 anos, conforme disposto no inciso V do Art. 27 da Lei 8666/93, acrescido pela Lei nº 9854 de 27 de outubro de 1999.
- f) Declaração de não possuir parentesco com servidores ou agentes públicos da Administração Municipal do Licitante.
- g) A Empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, declaração firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- h) As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita até o limite de 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme o disposto no art. 34 da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos no item 8 deste edital.
- i) Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública (Anexo VII), assinada pelo representante legal da empresa.

Observação 1: Somente será aceito a manifestação de 01 (um) representante de cada empresa no certame, para fins de agilidade no desenvolvimento do mesmo.

6.2. Serão consideradas automaticamente inabilitadas as licitantes que não apresentarem a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios ou defeitos que impossibilitem o seu entendimento ou não atendam, satisfatoriamente, as condições deste Edital.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
“PEQUENO GRANDE PAGO”

6.3. Os documentos da habilitação constantes do item 6 poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por servidor do Município de André da Rocha ou por publicação em órgão da imprensa oficial. Sendo que os documentos que podem ser extraídos pela *internet* poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação, ficando sujeitos à verificação de sua autenticidade pela Administração.

6.4 Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes, unicamente, à matriz ou à filial da empresa que se habilita para o presente certame. Os documentos devem ser em nome de uma única empresa (razão social e CNPJ), salvo para as certidões que somente são emitidas no CNPJ da matriz.

6.5 A inabilitação importa preclusão do direito de participar das fases subsequentes.

6.6. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à habilitação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.

7. DA PROPOSTA DE PREÇO (Envelope nº 02):

7.1. A licitante deverá apresentar, no envelope de nº 02, a proposta financeira, rubricada em todas as páginas, sendo a última datada e assinada pela proponente; ser datilografada, digitada ou preenchida por meio mecânico/eletrônico; ser redigida em linguagem clara, isenta de emendas, rasuras, ressalvas e/ou entrelinhas e contendo, necessariamente:

a) razão social da empresa e número do CNPJ;

b) descrição completa do objeto licitado e demais dados técnicos, com atendimento integral das especificações técnicas e condições constantes neste edital;

c) preço global para a execução da obra, no item correspondente ao objeto pretendido, indicado em moeda nacional, discriminando o valor total da mão-de-obra e dos materiais, onde deverão estar incluídos todos os custos com material, mão-de-obra, inclusive o detalhamento do BDI (impostos, taxas, tarifas, contribuições sociais, encargos trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais de qualquer espécie, que eventualmente incidam sobre a operação, lucro do empreendimento, ou, ainda, despesas com seguros, transporte, frete, cargas e descargas, ferramentas, maquinário, equipamentos, sinalização, etc.);

d) planilha de quantitativos e custos unitários, expresso em moeda corrente nacional, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas e outros pertinentes ao objeto licitado, assinado pelo responsável técnico e pelo representante legal da empresa licitante.

e) cronograma físico-financeiro, que deverá ter como paradigma o elaborado pelo Município, contendo as etapas de execução e as respectivas parcelas de pagamento, assinadas pelo responsável técnico e pelo representante legal da empresa licitante

7.2. Os preços serão básicos para a data de recebimento das propostas e abrangerão o que for necessário para a execução completa, suficiente e satisfatória da obra, desclassificando-se a oferta que informar condição diversa.

7.3. Por se tratar de julgamento global, uma única licitante vencedora para a execução de cada obra, objeto deste certame, a proponente deverá cotar a totalidade dos itens, constantes nos quantitativos, devendo haver a previsão dos custos unitários.

7.4. A empresa deverá, quando da formulação da proposta, obedecer rigorosamente ao descritivo do item, sem qualquer alteração quanto à ordem, às quantidades e às características, sob pena de desclassificação do item ofertado e/ou da proposta.

7.5. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.6. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitações.

7.7. O prazo de validade das propostas é fixado pela Administração em 60 (sessenta) dias, a contar da data apazada para sua entrega.

7.8. Os critérios de aceitabilidade das propostas são:

a) somente serão aceitas as propostas cujo preço global e valores unitários ofertados não excedam o valor do PO (Preço Orçado) pela Administração, incluindo-se neste cômputo o BDI, sob pena de desclassificação;

b) serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital e/ou que deixarem de atender qualquer disposição do mesmo, bem como com preços unitários e/ou global superestimados, inexequíveis, irrisórios, incompatíveis e excessivos aos do mercado;

Observação: Para fins do disposto na letra “a” do item anterior, fica registrado o valor total global do objeto deste certame, para o trecho de recapeamento com área de 5.685,60m² o valor de R\$ 560.428,56, para o trecho de pavimentação lado “A” com área de 4.518,20m² o valor de R\$ 437.864,00 e o lado “B” com área de 4.980,20m² o valor de R\$ 488.481,36, perfazendo o total global de R\$ 1.486.773,92.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
“PEQUENO GRANDE PAGO”

7.9. Não se considerará qualquer oferta de vantagem, na proposta, não prevista neste ato.

7.10. A apresentação da proposta implica aceitação deste edital e obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todo o material, em quantidade e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando necessário, sua substituição.

8. DO JULGAMENTO:

8.1. A presente licitação é do tipo menor preço e o julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levado em consideração o **MENOR PREÇO GLOBAL (material e mão-de-obra)** para a execução total da obra.

8.2. No caso de participação de cooperativas de trabalho, para efeitos de classificação, sobre o preço proposto por elas, serão acrescidos 15% (quinze por cento), incidente sobre o valor bruto, correspondente ao encargo previdenciário a ser suportado pelo Município, deduzidos daquele os valores, expressos na planilha de quantitativos e custos unitários, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos da licitante a serem utilizados na obra.

8.2.1. Os valores da dedução acima indicada, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos da licitante a serem utilizados na obra, deverão fazer parte do contrato e comprovadas, no momento da liquidação da fatura, por documento fiscal.

8.3. Impera o princípio do julgamento objetivo e não discricionário, vedada a utilização de critérios sigilosos ou subjetivos que firam a igualdade entre os participantes.

8.4. Será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações constantes do Edital e que ofertar o menor preço global (material e mão-de-obra) para o objeto.

8.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

8.6. Esta licitação será processada e julgada com observância a da Lei nº 8.666/93.

9. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE:

9.1. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas (ME), as empresas de pequeno porte (EPP) e as cooperativas que atenderem ao item 6.2 deste Edital.

9.1.2. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

9.1.3. A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

9.2. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 9.1.2 deste Edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea “a” deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

9.3. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 9.1.2 deste Edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

9.4. O disposto nos itens 9.1 ao 9.3, deste Edital não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, que satisfaçam às exigências do item 6.2 deste edital.

9.5. As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

10. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:

10.1. Após a organização e exame do processo licitatório, se nenhuma irregularidade for verificada, serão os dados homologados e a obra adjudicada à licitante autora da proposta mais vantajosa, de acordo com as condições do item 8.1. deste edital.

10.2. A homologação e adjudicação do julgamento desta licitação são de competência do Prefeito Municipal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
“PEQUENO GRANDE PAGO”

11. DAS GARANTIAS:

11.1. Será exigida do licitante vencedor a prestação de garantia, antes da assinatura do contrato, no montante de 5% (cinco por cento) sobre o valor total a ser contratado, numa das modalidades previstas no art. 56 e § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 8.666/93.

11.2. A garantia da obra, consoante o disposto no artigo 618 do Código Civil Brasileiro, será de 5 (cinco) anos e por 20 (vinte) anos, nos termos da súmula 194 do Superior Tribunal de Justiça.

12. DA CONTRATAÇÃO:

12.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, após a adjudicação do objeto, convocará o vencedor da Licitação para assinar o Contrato, em até 05 (cinco) dias contados da data da convocação feita, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

12.2. O prazo de que trata o item 12.1 poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.3. Se dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de 02 (dois) anos.

12.4. Para a assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá apresentar o comprovante de recolhimento da garantia/caução.

12.5. No período de contratação, a Contratada prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender, prontamente.

12.6. A contratada assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venham dolosa ou culposamente prejudicar o Município, quando da execução dos serviços.

12.7. Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo do licitante, cabendo-lhe ainda, inteira responsabilidade por quaisquer acidentes de que possam vir a serem vítimas os seus empregados, quando em serviço, bem como quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros e ao Município.

12.8. Do contrato a ser assinado com o vencedor da licitação constarão, além das cláusulas consignadas anteriormente, as demais cláusulas necessárias previstas no art. 55 da Lei nº 8.666/93, e as possibilidades de rescisão do contrato, na forma determinada nos arts. 77 a 79 da referida lei, tendo como base a minuta integrante deste edital (Anexo VIII).

12.9. A licitante vencedora deverá apresentar, obrigatoriamente, ao responsável pela fiscalização da Obra, quando do início da obra, a relação com o nome, o número da carteira de identidade e da carteira de trabalho dos funcionários que participarão dos trabalhos, devendo anexar cópia da carteira de trabalho dos indicados na relação, comprovando que pertencem ao seu quadro permanente.

12.9.1 Em caso de eventuais substituições, a licitante vencedora deverá comunicar com antecedência ao Município, por escrito, e apresentar as novas comprovações.

12.10. A licitante vencedora deverá apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), registrada no CREA, do Responsável Técnico pela execução da obra, sem a qual está não poderá iniciar os serviços, juntamente com os dados de identificação de seu preposto, nos termos do art. 68 da Lei nº 8.666/93.

12.11. A licitante vencedora deverá manter o local de execução da obra perfeitamente sinalizado, conforme CTB (Código de Trânsito Brasileiro) e seus anexos, visando à segurança de veículos e pedestres, bem como à limpeza dos locais onde estiver efetuando os serviços, com a devida remoção dos entulhos e materiais remanescentes.

12.12. Fica vedado o consórcio, a subcontratação ou transferência total ou parcial dos serviços que compõem o objeto desta licitação, sob pena de rescisão contratual e sanções do item 19.

12.13. O presente Contrato é por tempo determinado, com início a partir da assinatura do mesmo até a conclusão da obra e seu recebimento definitivo pelo setor competente do Município.

12.14. A execução dos serviços pelo licitante vencedor deverá obedecer às normas e especificações da ABNT.

12.15. Em qualquer caso, o licitante vencedor assume, para todos os efeitos, a responsabilidade direta e integral pela execução da obra.

13. DO REGIME E PRAZOS DE EXECUÇÃO DA OBRA:

13.1. O objeto deste contrato se dará sob a forma de regime de execução indireta, por empreitada por preço global, englobando materiais e mão-de-obra.

13.2. Será emitido pelo Setor de Engenharia o Termo de Início da Obra após a assinatura do contrato para o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
“PEQUENO GRANDE PAGO”

início dos serviços.

13.3. Os serviços deverão ser iniciados em até 05 (cinco) dias a contar da emissão do Termo de Início, expedido pelo Setor de Engenharia do Município de André da Rocha/RS.

13.4. O prazo para conclusão da obra será de até 90 (noventa) dias para o objeto deste edital, contados da expedição do Termo de Início da Obra, salvo motivo de força maior devidamente comprovado e aceito pelo Município, possibilitará a prorrogação do prazo.

13.5. Poderão ser abatidos dos prazos e descontados tão-somente os dias de chuva e os impraticáveis, registrados nos diários de obras.

14. DO LOCAL DA OBRA:

A obra de recapeamento e pavimentação asfática ocorrerá na Avenida Marcolino Pereira Vieira, centro do Município de André da Rocha/RS.

15. DA FISCALIZAÇÃO:

15.1. Para acompanhamento e fiscalização da obra, objeto desta licitação, o Município designa Engenheiro Civil contratado Senhor Achilles M. Bertussi Jr e responsável pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, que farão o recebimento das mesmas nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

15.2. A fiscalização das obras será efetuada por corpo técnico do Município, que deverão dispor de amplo acesso às informações, locais das obras e serviços que julgarem necessários.

16. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

16.1. Na ocasião do recebimento do objeto deste Processo Licitatório, em cada fase e/ou etapa da obra, serão verificadas e avaliadas as características cotadas na proposta vencedora, adequadas e vinculadas ao instrumento convocatório (quantidades, qualidade e especificações).

16.2. Os serviços incompletos, defeituosos ou em desacordo com os Projetos e Memoriais Descritivos deverão ser refeitos, imediatamente, no prazo a ser determinado pelo fiscal municipal designado, não cabendo à licitante vencedora o direito à indenização, ficando sujeita às sanções previstas neste edital.

16.3. A recusa da contratada em atender ao solicitado levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.

16.4. O recebimento definitivo da obra não exime a licitante vencedora de responsabilidade pela sua qualidade, quantidades, segurança e compatibilidade com o fim a que se destina e demais peculiaridades da mesma, conforme responsabilidade prevista na legislação pertinente.

17. DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO E COMPOSIÇÃO FINANCEIRA:

17.1. O pagamento de cada etapa da obra será efetuado conforme cronograma físico financeiro, ocorrendo no prazo de até 10 dias a contar do recebimento da fatura acompanhada da laudo de medição dos serviços executados constantes no cronograma físico-financeiro incluso no edital e apresentado pela licitante, mediante aprovação pelo setor de Engenharia do Município.

17.2. Quando do pagamento da primeira parcela do contrato a ser firmado, será exigida, pela Secretaria Municipal da Fazenda, a comprovação da matrícula da obra no CEI (Cadastro Específico do INSS), referente ao objeto contratado, a folha de pagamento e rol contendo a nominata da totalidade dos funcionários da licitante vencedora alocados para a execução da obra contratada e comprovantes dos recolhimentos do FGTS e INSS.

17.3. Para o efetivo pagamento, das parcelas posteriores, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço.

17.4. Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

17.5. A última parcela da obra somente será quitada mediante a apresentação do comprovante de baixa da matrícula no CEI, juntamente com a GPS, Certidão Negativa de Débito, referente ao objeto da contratação, folha de pagamento e comprovantes de regularidade com o FGTS e, ainda, somente após a conclusão total da obra, que se dará por meio do Termo de Recebimento Definitivo, lavrado pelo setor de engenharia.

17.6. O pagamento somente será efetuado após a vistoria, fiscalização e liberação de cada etapa, com acompanhamento do fiscal da Obra, atendidas as disposições da Tomada de Preços n.º 01/2021.

17.7. A inadimplência da licitante com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere ao Município a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado.

17.8. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17.9. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

18. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE:

18.1. Os valores poderão ser revistos, a requerimento da contratada, para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

18.2. Os valores da proposta não sofrerão qualquer reajuste nos termos da Lei nº 9.069/1995 e Lei nº



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
“PEQUENO GRANDE PAGO”

10.192/2001.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES:

19.1. À licitante vencedora deste certame, obedecida a defesa prévia, serão aplicadas as sanções abaixo previstas, dentre outras estipuladas no Código de Posturas Municipal:

19.1.1 Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, tanto para o início e/ou entrega da obra), limitado esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerada inexecução contratual.

19.1.2. Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;

19.1.3. Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total de contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

Observação: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

0601 1018 Pavimentação, repavimentação e revitalização de vias

449051990000-Outras obras e Instalações

21. DOS RECURSOS:

Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do art.109 da Lei nº 8.666/93.

22. DA IMPUGNAÇÃO:

22.1. Os prazos para impugnação deste edital são os constantes no art. 41 e parágrafos da Lei 8.666/93.

22.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar da licitação até o julgamento e decisão daquela.

23. DOS ANEXOS DESTE ATO CONVOCATÓRIO:

Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital:

I- projetos (Anexo I);

II- memorial descritivo (Anexo II);

III - planilhas de custo/orçamento e quantitativos unitários (Anexo III);

IV - cronograma físico-financeiro, composições do valor e detalhamento do BDI (Anexo IV);

V- declaração de cumprimento do art.7º, XXXIII, CF/88 (Anexo V);

VI - declaração de enquadramento para ME ou EPP (Anexo VI);

VII – declaração de idoneidade (Anexo VII);

VIII- minuta do contrato (Anexo VIII).

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

24.1. A participação da proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital, ficando vinculada ao mesmo e sujeitando-se às suas disposições, como também o próprio Município.

24.2. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

24.3. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.

24.4. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

24.5. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.6. A Comissão reserva-se o direito de realizar, a qualquer momento, por si ou através de assessoria técnica, diligências ou verificações no sentido de aquilatar a consistência dos dados ofertados pelas licitantes, nela compreendida a veracidade de informações e circunstâncias pertinentes.

24.7. Não constituirá causa de inabilitação ou desclassificação a irregularidade formal, o desatendimento de exigências formais, de meros detalhes formais, que evidenciem lapso isento de má-fé e não afetem o conteúdo ou a idoneidade do documento.

24.8. De cada fase do procedimento será lavrada ata circunstanciada que será assinada pela Comissão e pelas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

licitantes presentes.

24.9. Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira.

24.10. Os casos omissos ou duvidosos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão ou autoridade competente, cada qual em sua alçada, com base nas normas jurídicas e administrativas que forem aplicáveis e nos princípios gerais de direito.

24.11. Os autos do processo desta licitação estarão com vista franqueada aos interessados a partir da divulgação/intimação das decisões recorríveis, na repartição incumbida do procedimento.

24.12. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

24.13. As normas que disciplinam este Processo Licitatório serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público do Município, a finalidade e a segurança da contratação.

24.14. Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

24.15. Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

24.16. Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora.

24.17. Poderá o Município revogar o presente processo por razões de interesse público comprovado, ou anulá-lo por ilegalidade, não gerando, no último caso, obrigação de indenizar, salvo o disposto no parágrafo único do art.59 da Lei Federal em tela.

24.18. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será da Comarca de Nova Prata.

25. DAS INFORMAÇÕES:

Informações serão prestadas aos interessados no horário das 8h às 12:00 hrs e das 13h30min às 17:30 min, de 2ª a 6ª feira, através do fone (54) 3611-1330, na P.M. de André da Rocha/RS, Rua Marcolino Pereira Vieira, 1393- CEP 95310-000, email: administracao@andredarocha.rs.gov.br, cópia do edital e anexos estão disponível na página eletrônica do Município pelo site www.andredarocha.rs.gov.br; esclarecimentos técnicos: planejamento@andredarocha.rs.gov.br.

André da Rocha, 22 de abril 2021

VILMAR JOSÉ MARCON
Prefeito Municipal Em Exercício

Este edital encontra-se examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em ___/___/____.

Assessor(a) Jurídico(a)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

ANEXO I - EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021

MEMORIAL DESCRITIVO RECAPEAMENTO ASFÁLTICO AVENIDA MARCOLINO
PEREIRA VIEIRA

Conteúdo

1. APRESENTAÇÃO
2. INTRODUÇÃO
2.1 SERVIÇOS INICIAIS
2.2 CAPINA, VARREÇÃO E LAVAGEM DO CALÇAMENTO.....
2.3 TERRAPLAGEM
2.3.1 Escavação, Carga e Transporte (Material 1ª categoria).....
2.3.2 Aterro Compactado com Material de Jazida
2.4 DRENAGEM.....
2.5 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA
2.5.1 Pintura de Ligação
2.6 Camada em C.B.U.Q.
2.7 Controle Tecnológico
2.8 SINALIZAÇÃO.....
2.8.1 Sinalização Vertical de Regulamentação
2.8.2 Sinalização Horizontal
2.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. APRESENTAÇÃO

Este memorial tem por objetivo a execução de serviços de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA na Avenida Marcolino P. Vieira com área a ser pavimentada de **5.685,60m²** localizada no município de André da Rocha, RS.

O memorial é apresentado em volume único, com o objetivo de apresentar o desenvolvimento das atividades relevantes para o desenvolvimento do projeto de pavimentação, bem como apresentar elementos gráficos e diretrizes para execução do projeto.

2. INTRODUÇÃO

O presente memorial é composto pelos seguintes elementos a serem descritos:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
“PEQUENO GRANDE PAGO”

Serviços Iniciais
Terraplanagem
Pavimentação Asfáltica
Sinalização
Anexos

2.1 SERVIÇOS INICIAIS

Inicialmente a empresa executora da obra (contratada), através de sua equipe de topografia, irá fazer a marcação dos “off sets” o qual deve seguir rigorosamente o projeto em anexo, somente após as marcações da topografia, deverão iniciar os serviços de terraplanagem no local.

A CONTRATADA deverá fixar no início da obra ou em outro local escolhido pela Fiscalização uma placa da obra, conforme modelo da Prefeitura Municipal.

2.2 - CAPINA, VARREÇÃO E LAVAGEM DO CALÇAMENTO

Generalidades

São objetos desta especificação os serviços de capina, varreção e lavagem do calçamento existente, sendo que toda a pista deverá varrida manualmente (com vassourão) e lavada mecanicamente (água com pressão) até ficar isenta de materiais indesejáveis (pó, material solto, e materiais orgânicos), no caso de haver vegetação será executada a remoção desta através de capina.

Equipamentos

As operações de capina do calçamento serão executadas mediante a utilização de equipamentos adequados, complementados com o emprego de serviços manuais (pá, enxada, picareta, vassourão, vassoura mecânica, etc...). A lavagem será executada com caminhão pipa com jato de pressão.

O equipamento será função da densidade e do tipo de vegetação local.

2. 3 TERRAPLAGEM

A locação da obra será realizada pelo setor de topografia da empresa contratada, com acompanhamento da fiscalização desta prefeitura. Serão realizados os serviços de terraplanagem, definidos como escavação, carga transporte e descarga de materiais classificados em:

- Escavação, Carga e Transporte (Material 1ª categoria).
- Aterro Compactado com Material de Jazida
- Reforço de Pista ou Camada Drenante

2. 3.1 Escavação, Carga e Transporte (Material 1ª categoria).

Cortes são segmentos, cuja implantação requer escavação do terreno natural, ao longo do eixo e no interior dos limites das seções do projeto, que definem a estrada. As operações de corte compreendem:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
“PEQUENO GRANDE PAGO”

- escavação dos materiais constituintes do terreno natural até o greide de terraplenagem indicado no projeto;
- carga e transporte dos materiais para aterros ou bota-foras;

Estes materiais deverão ser transportados para locais previamente indicados em anexo a este memorial, de forma a não causar transtornos provisórios ou definitivos à obra, sendo sua DMT indicada no orçamento.

A definição da área do “bota-fora” para este tipo de material esta indicada em anexo a este memorial, sendo de responsabilidade da CONTRATADA o espalhamento e regularização do material no local de destino.

Serão empregados tratores equipados com lâminas, carregadoras conjugadas com outros equipamentos, escavadeira hidráulica e transportadores diversos. A operação incluirá, complementarmente, a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores esteira.

2. 3.2 Aterro Compactado com Material de Jazida

Aterros de pista são segmentos, cuja implantação requer depósito de materiais provenientes de jazidas, no interior dos limites das seções especificados no anexo a este memorial.

A compactação do aterro deve atingir índice de 100 % PN e sua DMT é de até 600 m, utilizando material escavado no leito.

Será realizado bota fora do material excedente em local determinado pelo município com distância média de transporte superior a 2,10 km.

Após a locação, marcação e nivelamento da topografia as operações de aterro compreendem:

Escavações, carga, transporte, descarga, espalhamento, conveniente umedecimento ou aeração e compactação dos materiais de cortes ou empréstimos, para a construção do corpo do aterro até as cotas indicadas em projeto.

A execução dos aterros deverá prever a utilização racional de equipamentos apropriados atendidas as condições locais e a produtividade exigida.

Na construção dos aterros poderão ser empregados tratores de lâmina, caminhões basculantes, motoniveladoras, rolos lisos e pé-decarneiro vibratório, arados, grade de disco, caminhões pipa etc.

Será realizado ensaio de grau de compactação de pista a fim de verificar a compactação do material empregado, caso seja granulometria grande será feito teste de carga.

A medição do serviço de aterro e compactação será feita em metros cúbicos, executado na pista.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

2. 4 DRENAGEM

Não haverá necessidade de execução de valas de drenagem visto que os passeios públicos já estão definidos com caimento para via pública.

2.5 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

2.5.1 Regularização e Compactação do Sub-leito/Leito

Esta especificação se aplica à regularização e compactação com equipamentos apropriados do sub-leito da via a ser pavimentada após a conclusão da terraplenagem.

O sub-leito/Leito é o local onde a superfície é obtida pela terraplanagem ou obra de arte onde foi conformada em conformidade com o greide e seção transversal. Havendo comprovação de necessidade de reforço do sub-leito este deverá ser realizado com uma camada de espessura constante transversalmente e variável longitudinalmente de acordo com o dimensionamento do pavimento, fazendo parte integrante do sub-leito. por circunstâncias técnico-econômicas este reforço poderá ser executado sobre o sub-leito regularizado.

O reforço do sub-leito serve para melhorar a qualidade do sub-leito e regularizar a espessura da base. Regularização é a operação que é executada prévia e isoladamente na construção de outra camada do pavimento, destinada a conformar o subleito, quando necessário, transversal e longitudinalmente. São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização: motoniveladora com escarificador; carro tanque distribuidor de água; rolos compactadores tipo pé-de-carneiro, liso vibratório; grade de discos, etc.

Os equipamentos de compactação e mistura, serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e poderão ser utilizados outros, que não os especificados acima, desde que aceitos pela Fiscalização.

A medição dos serviços de regularização do subleito será feita por metros quadrados, de plataforma concluída.

2.5.2 Pintura de Ligação

Refere-se a aplicação de película de material betuminoso RR-2C ou equivalente, sobre a superfície de base granular imprimada, visando promover a aderência entre a camada existente e o revestimento a ser executado.

Para a varredura da superfície a receber pintura de ligação utilizem-se, de preferência, vassouras mecânicas,. A taxa a ser utilizada deverá variar entre 0,4 a 0,6 l/m², que será verificado pelo menos uma taxa de aplicação através de ensaio adequado "bandeja" ou através de preenchimento da Planilha do controle de pintura de ligação.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição deverão ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento de ligante.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

Os carros distribuidores deverão dispor de termômetros, em locais de fácil observação, e, ainda, um espargidor manual para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. o depósito deve ter capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em pelo menos, um dia de trabalho.

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

2.6 - CAMADA DE REGULARIZAÇÃO E CAMADA FINAL

O pavimento em paralelepípedo, receberá uma camada de nivelamento (reperfilagem) de 3 cm e após outra camada de CBUQ de 5 cm, totalizando 8 cm de CBUQ.

Os serviços de revestimento asfáltico sobre vias pavimentadas com paralelepípedo regular deverão ser executadas com o asfalto do tipo Concreto Betuminoso Usinado à Quente (C.B.U.Q.) de espessura média de 3 cm (compactado) como camada de nivelamento (reperfilamento) em toda largura da pista onde existe o pavimento basalto.

A superfície do calçamento existente sobre a qual será aplicada a mistura de nivelamento deverá ter sido objeto de limpeza e pintura de ligação, a qual deverá por sua vez ter sido submetida ao necessário período de cura.

A descarga na pista de C.B.U.Q. será efetuada de forma a minimizar a distribuição da mistura, que será executada por lâmina da motoniveladora. O espalhamento da mistura deverá ter como objetivo a correção das depressões longitudinais e transversais, o enchimento de espaços ao redor das pedras do calçamento ou buracos e depressões da pista a ser pavimentada e, principalmente conformar a superfície de acordo com as declividades de projeto.

Em conjunto com a motoniveladora deverá atuar o rolo pneumático autopropulsionado de pressão variável, cujos pneumáticos terão suas respectivas pressões internas aumentadas gradativamente, com o suceder das passadas.

2.7 - CONTROLE TECNOLÓGICO

A Empresa vencedora da licitação deverá manter no canteiro de obra ou na usina de asfalto, um laboratório de asfalto dotado de todo o instrumental necessário e equipe especializada, com a finalidade de proceder todos os ensaios mínimos, conforme determinado a seguir:

- a) Dois ensaios de extração de betume por dia de usinagem, de amostras coletadas na usina, ou no mínimo um ensaio a cada 200 toneladas produzidas por dia. A porcentagem de ligante poderá variar de + ou - 0,3 da fixada em projeto;
- b) Dois ensaios de granulometria da mistura dos agregados resultantes do ensaio de extração por dia ou no mínimo um ensaio a cada 200 toneladas produzidas por dia.
- c) Um ensaio da taxa de pintura de ligação a cada 200 metros lineares de pista, devendo a taxa ser aplicada entre 0,7 à 1,0 kg/m²;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
“PEQUENO GRANDE PAGO”

d) O controle de temperatura do concreto asfáltico será realizado pela conferência na usina (local de produção) e na pista (local de aplicação), devendo a empresa garantir as seguintes temperaturas:

- a. Na usina – temperatura de 140°C a 160°C
- b. Na pista – temperatura de 120°C a 160°C

2.8 SINALIZAÇÃO

O projeto foi elaborado de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro e com o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, normas do CONTRA/DENATRAN em seus volumes I e IV, sendo apresentados em sinalização Vertical de Regulamentação e Sinalização Horizontal.

2.8.1 Sinalização Vertical de Regulamentação

As placas de sinalização serão executadas conforme itens abaixo descritos:

□ Chapas de Aço

As chapas destinadas à confecção das placas de aço devem ser planas, do tipo NB 1010/1020, com espessura de 1,25 mm, bitola #18, ou espessura de 1,50 mm, bitola #16. Deve atender integralmente a NBR 11904⁽¹⁾ - Placas de aço para sinalização viária.

□ Tratamento

As chapas de aço depois de cortadas nas dimensões finais e furadas, devem ter as suas bordas lixadas antes do processo de tratamento composto por: retirada de graxa, decapagem, em ambas as faces; aplicação no verso de demão de *wash primer*, a base de cromato de zinco com solvente especial para a galvanização de secagem em estufa.

□ Acabamento

O acabamento final do verso pode ser feito: - com uma demão de *primer* sintético e duas demãos de esmalte sintético, à base de resina alquídica ou poliéster na cor preto fosco, com secagem em estufa à temperatura de 140 °C, ou com tinta a pó, à base de resina poliéster por deposição eletrostática, com polimerização em estufa a 220 °C e com espessura de película de 50 micra.

□ Suporte das Placas

Os suportes e pórticos para a sustentação das placas devem atender às especificações técnicas: Suporte de perfil metálico galvanizado 2” e comprimento de 3,00 m.

□ Películas

As mensagens contidas nas placas devem ser elaboradas em películas adesivas que atendam à especificação técnica, Películas Adesivas para Placas de Sinalização Viária.

□ Fixação

A fixação da placa junto ao solo deverá ser executada através de uma base em concreto com dimensões compatíveis ao esforço recebido.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
“PEQUENO GRANDE PAGO”

□ **Modelos**

O modelo das placas indicativa das ruas, serão em modelo padrão desta prefeitura, conforme planta em anexo, obedecendo a numeração predial já indicada em projeto.

O modelo das placas de sinalização do tipo Preferência de passagem, parada obrigatória, será do tipo R1.

2.8.2 Sinalização Horizontal

A sinalização horizontal para divisão de fluxos opostos será executada em FAIXA SIMPLES CONTINUA, com largura de 12 cm, sendo executada com tinta a base de resina acrílica amarela, obedecendo o padrão CONTRAN/DENATRAN, volume IV.

A faixa de travessia de pedestres (faixa de segurança) sendo executada com tinta a base de resina acrílica, cor branca, do tipo zebreado (FTP-1), em dimensões apresentadas no projeto.

2.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos e especificações deverão atender às Normas, Especificações e Métodos de Ensaio da ABNT, sendo que os casos omissos serão definidos pelo setor de fiscalização da prefeitura.

Serão de responsabilidade da CONTRATADA a apresentação de Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os ensaios realizados em cada etapa dos serviços, conforme exigências normativas do DNIT, sendo que os mesmos deverão ser entregues ao município por ocasião de cada medição.

André da Rocha, 09 de Abril de 2021.

Achiles M. Bertussi Jr.
Eng. Civil Crea - RS 88245 D

Sérgio Carlos Moretti
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

MEMORIAL DESCRITIVO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA AVENIDA MARCOLINO
PEREIRA VIEIRA LADO "A"

O presente Memorial Descritivo tem por finalidade expor de maneira detalhada as normas técnicas, materiais e acabamentos que irão definir os serviços de TERRAPLENAGEM e PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ NA VIA PÚBLICA – ESTRUTURA 01 – LADO "A" DA AV. MARCOLINO P. VEIRA NO MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA/RS, com área a ser pavimentada de 4.518,20 m², visando atender as exigências legais e técnicas desta Prefeitura Municipal.

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente a empresa executora da obra (CONTRATADA), através de sua equipe de topografia, irá fazer a marcação dos "off sets", em uma área de 4.518,20 m² o qual deve seguir rigorosamente o projeto em anexo, somente após as marcações da topografia, deverão iniciar os serviços de terraplenagem no local.

2. TERRAPLENAGEM

2.1 Escavação, Carga e Transporte

Cortes são segmentos, cuja implantação requer escavação do terreno natural, ao longo do eixo e no interior dos limites das seções do projeto, que definem o corpo da via pública em uma área de 4.518,20 m².

As operações de corte compreendem:

- Escavação dos materiais constituintes do terreno natural até o greide;
- Terraplenagem indicado no projeto;
- Carga e transporte dos materiais para aterros;

Serão empregados tratores equipados com lâminas, carregadoras conjugadas com outros equipamentos, escavadeira hidráulica e transportadores diversos. A operação incluirá, complementarmente, a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores esteira. A medição efetuar-se-á levando em consideração o volume extraído, em m³.

Estes serviços serão executados pela Secretaria de Obras do Município com a fiscalização do engenheiro da empresa CONTRATADA.

2.2 Aterro Compactado com material de jazida

Aterros de pista são segmentos, cuja implantação requer depósito de materiais provenientes de cortes ou de empréstimos, jazidas, no interior dos limites das seções especificados no projeto. Após a locação, marcação e nivelamento da topografia, as operações de aterro compreendem:

Descarga, espalhamento, umedecimento ou aeração e compactação dos materiais de cortes ou empréstimos, para a construção do corpo do aterro até as cotas indicadas em projeto ou para substituir eventualmente os materiais de qualidade inferior, previamente retirados, a fim de melhorar as fundações dos aterros e/ou cortes.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

O lançamento do material para a construção dos aterros deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais que permitam o umedecimento e compactação. Para o corpo dos aterros, a espessura da camada não deverá ultrapassar 0,30 m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,20 m.

Os materiais para os aterros deverão ser isentos de matérias orgânicas. Turfas e argilas orgânicas não devem ser empregadas. Na execução do corpo dos aterros não será permitido o uso de materiais que tenham baixa capacidade de suporte (ISC $\geq 2\%$) e expansão maior do que 4% com energia do AASHTO T-99 (Proctor Normal).

A execução dos aterros deverá prever a utilização racional de equipamentos apropriados, atendidas as condições locais e a produtividade exigida.

Na construção dos aterros poderão ser empregados tratores de lâmina, motoniveladoras, rolos liso e pé-de-carneiro vibratório, arados, grade de disco, caminhões pipa etc.

Será realizado ensaio de grau de compactação de pista a fim de verificar a compactação do material empregado, caso seja granulométrica grande será feito teste de carga.

A medição do serviço de aterro e compactação será feita em m^3 , executado na pista. **Estes serviços serão executados pela Secretaria de Obras do Município com a fiscalização do engenheiro da empresa COTRATADA.**

3. PAVIMENTAÇÃO

A pavimentação asfáltica será implantada com três estruturas diferentes:

- Sobre a via existente: pintura de ligação com capa asfáltica de CBUQ com 5cm de espessura compactada;

- Na faixa de rolamento a construir: sub-leito regularizado, camada de bloqueio com brita anti-extrusiva, brita graduada com 20cm de espessura compactada, imprimação, pintura de ligação e capa asfáltica de CBUQ com 5cm de espessura compactada;

- Na ciclovia a construir: sub-leito regularizado, camada de bloqueio com brita anti-extrusiva, brita graduada com 15cm de espessura compactada, imprimação, pintura de ligação e capa asfáltica de CBUQ com 5cm de espessura compactada;

3.1 Regularização do Subleito

Regularização é a operação destinada a conformar o leito estrada, quando necessário, transversal e longitudinalmente, compreendendo cortes ou aterros até 0,20m de espessura. O que exceder a 0,20m será considerado como terraplenagem. De um modo geral, consiste num conjunto de operações, tais como escarificação, umedecimento ou aeração, compactação, conformação, etc, de forma que a camada concluída atenda às condições de greide e seção transversal indicados no projeto.

Esta especificação destina-se à regularização do subleito de rodovias a pavimentar, com terraplenagem já concluída. Para a regularização do subleito, deve ser atendida a Especificação DAER ES-P 01/91.

A regularização do subleito será paga por m^2 de área regularizada.

3.2 Brita Anti-extrusiva



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

Sobre toda a largura do sub-leito, deverá ser espalhada uma camada de brita com espessura de 3,00cm, com o objetivo de proteger a camada de subleito regularizada e compactada da ação da chuva. Após o espalhamento da brita o sub-leito deverá ser umedecido e camada de brita ser acomodada com rolo compactador com tambor liso.

O pagamento será feito em m³ de material aplicado e seu transporte em item específico, conforme material aplicado.

3.3 Base de brita graduada

Sobre a camada de brita anti-extrusiva, será executada a camada de brita graduada, com compactação de 100% do Proctor Modificado, comprovado com ensaios de densidade. Depois da compactada a base deverá ter espessura de 20 cm para o trecho na rua e espessura de 15 cm para a ciclovia.

A largura da camada superior da base deverá ser executada com 10cm a mais de folga em cada borda para melhor compactação e proteção da camada superior de CBUQ, a acomodação da camada se dará por um talude de inclinação não superior a 1:1 (saída da base), sendo a largura inferior da camada considerada na seção transversal será dada pela largura da pista + folgas laterais + avanço do talude da saída.

Para a execução da base a contratada deverá usar equipamentos adequados, ou seja, motoniveladora, rolo vibratório liso e caminhão pipa.

O pagamento da brita graduada será feito de acordo com a seção transversal tipo, com base no preço unitário, apresentado para este serviço, englobando obtenção dos materiais, mistura, espalhamento, compactação, mão de obra e equipamentos eventuais a esse serviço. O transporte do material será pago em separado, conforme quantidade de material aplicado.

3.4 Imprimação

Imprimação é uma pintura de material betuminoso aplicada sobre toda a superfície da base de brita graduada, objetivando:

- a) aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;
- b) promover condições de aderência entre a base e o revestimento;
- c) impermeabilizar a base.

O ligante asfáltico indicado, para a imprimação é o asfalto diluído tipo CM-30. A taxa de aplicação é a taxa máxima que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base e do material betuminoso escolhido.

A imprimação será paga por metro quadrado. Deverá ser seguida a Especificação DAER-ES-P-12/91.

3.5 Pintura de Ligação



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
“PEQUENO GRANDE PAGO”

A Pintura de ligação será aplicada sobre a pista existente, quando da execução da regularização com CBUQ nos pontos isolados e previamente antes da aplicação da capa asfáltica com CBUQ tanto na pista que será recapeada quanto na pista nova.

O material utilizado para a Pintura de Ligação será o RR-2C. A taxa de aplicação de emulsão diluída é da ordem de 0,4 l/m² a 0,6 l/m², após a sua diluição em água, determinada experimentalmente. Em dias de chuva ou quando estiver eminente não serão realizados os serviços.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bombareguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição deverão ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento de ligante.

Os carros distribuidores deverão dispor de termômetros, em locais de fácil observação, e, ainda, um espargidor manual para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em pelo menos, um dia de trabalho.

A Pintura de ligação será paga por preço unitário, em m². Deverá ser seguida a Especificação DAER-ES-P-13/91

3.6 Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)

A composição de mistura deverá satisfazer os requisitos da faixa B do DAER.

O revestimento em CBUQ terá uma espessura final de 5,0 cm após a compactação na tanto na pista recapada como nas vias novas, ciclovia e nos encaixes.

O material ligante usado é o CAP 50/70, e os agregados serão constituídos por material basáltico britado.

A execução do revestimento em CBUQ deverá ser realizada por vibroacabadora, compactação com rolo pneumático e acabamento com rolo tipo tandem, propiciando um bom acabamento de superfície. Deverá ser seguida a Especificação DAER-ES-P-16/91.

Um aspecto importante na execução dos pavimentos asfálticos principalmente com Concreto Betuminoso Usinado à Quente, é a localização da Usina para produção de misturas asfálticas.

Vários fatores sofrem influência da localização da Usina, dentre eles citamos:

TEMPO DE VIAGEM: deve ser o menor possível entre a Usina e a obra, para reduzir as consequências danosas sobre a relação “temperatura-viscosidade”. Se o tempo de viagem for grande, devido ao longo percurso ou a baixa velocidade de tráfego ocasionada por congestionamento no trânsito, ou neblina, ou más condições de tráfego dos caminhos utilizados, poderá induzir ao uso do artifício do “super aquecimento” da mistura, prática que normalmente leva a redução da sua qualidade ou até a chamada “queima” da mistura, desqualificando-a para uso.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

DISTÂNCIA: deve ser a menor possível até o local da obra porque tem repercussão na manutenção da qualidade da mistura produzida. A qualidade da mistura poderá ser sensivelmente prejudicada se o transporte for realizado percorrendo caminhos longos e de más condições de transito, com trepidação excessiva, que poderá causar uma danosa segregação dos materiais.

TEMPERATURA: as condições climáticas agem diretamente sobre a qualidade das misturas devido às variações que podem provocar na temperatura ambiente, principalmente em regiões de clima frio, nas épocas de outono e inverno. Com a distância e tempo de viagem longas, estas variações dos índices de temperatura podem atingir magnitude a ponto de comprometer as condições de espalhamento e compactação nas especificações (DAER - ES- P – 16/91).

FISCALIZAÇÃO: a fiscalização precisa estar presente em todas as etapas de execução da pavimentação, seja na preparação da mistura ou no espalhamento e compactação na estrada. Em função da distância Usina-obra e das dimensões da obra, a fiscalizar, far-se-á o dimensionamento da equipe de fiscalização (maior ou menor custo). Outro aspecto a considerar são os conflitos entre fiscalização e executores, que ocorrem quando da rejeição de material inaproveitável devido ao resfriamento e perda da qualidade causada pela queda de temperatura desde a Usina até o trecho em pavimentação. Quando as distâncias e os tempos de viagem forem longos, esta situação poderá ser bastante frequente. Considerando estes fatores, entendemos recomendável que a distância máxima local de instalação da Usina para Misturas Asfálticas, em relação ao trecho em obras, não seja superior a 60 km, distâncias estas que, com os devidos cuidados, diante de condições climáticas favoráveis, não comprometerão a qualidade das misturas produzidas para a obra.

5. DISPOSIÇÃO FINAL

É de responsabilidade do executor da obra o fornecimento, bem como exigir a utilização, dos equipamentos de proteção individual (EPIs) a todos que vierem prestar serviço na obra.

Durante a execução a via deverá estar permanentemente sinalizada a fim de se evitar acidentes, conforme determina o Denatran.

Todos os procedimentos, especificados ou não, que forem necessários a execução da obra deverão atender aos preceitos das Normas Técnicas pertinentes.

Serão de responsabilidade da CONTRATADA a apresentação de Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os ensaios realizados em cada etapa dos serviços, conforme exigências normativas do DAER e Município, sendo que os mesmos deverão ser entregues ao município por ocasião de cada medição.

Ao final da obra deverá ser realizada a limpeza geral e remoção de todos os materiais inservíveis.

André da Rocha, 09 de Abril de 2021.

Achiles M. Bertussi Jr.
Eng. Civil Crea - RS 88245 D

Sérgio Carlos Moretti
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

MEMORIAL DESCRITIVO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA AVENIDA MARCOLINO
PEREIRA VIEIRA LADO "B"

O presente Memorial Descritivo tem por finalidade expor de maneira detalhada as normas técnicas, materiais e acabamentos que irão definir os serviços de TERRAPLENAGEM e PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ NA VIA PÚBLICA – ESTRUTURA 01 – LADO "B" DA AV. MARCOLINO P. VEIRA NO MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA/RS, com área a ser pavimentada de 4.980,20 m², visando atender as exigências legais e técnicas desta Prefeitura Municipal.

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente a empresa executora da obra (CONTRATADA), através de sua equipe de topografia, irá fazer a marcação dos "off sets", em uma área de 4.980,20 m² o qual deve seguir rigorosamente o projeto em anexo, somente após as marcações da topografia, deverão iniciar os serviços de terraplenagem no local.

2. TERRAPLENAGEM

2.1 Escavação, Carga e Transporte

Cortes são segmentos, cuja implantação requer escavação do terreno natural, ao longo do eixo e no interior dos limites das seções do projeto, que definem o corpo da via pública em uma área de 4.980,20 m².

As operações de corte compreendem:

- Escavação dos materiais constituintes do terreno natural até o greide;
- Terraplenagem indicado no projeto;
- Carga e transporte dos materiais para aterros;

Serão empregados tratores equipados com lâminas, carregadoras conjugadas com outros equipamentos, escavadeira hidráulica e transportadores diversos. A operação incluirá, complementarmente, a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores esteira. A medição efetuar-se-á levando em consideração o volume extraído, em m³.

Estes serviços serão executados pela Secretaria de Obras do Município com a fiscalização do engenheiro da empresa CONTRATADA.

2.2 Aterro Compactado com material de jazida

Aterros de pista são segmentos, cuja implantação requer depósito de materiais provenientes de cortes ou de empréstimos, jazidas, no interior dos limites das seções especificados no projeto. Após a locação, marcação e nivelamento da topografia, as operações de aterro compreendem:

Descarga, espalhamento, umedecimento ou aeração e compactação dos materiais de cortes ou empréstimos, para a construção do corpo do aterro até as cotas indicadas em projeto ou para substituir eventualmente os materiais de qualidade inferior, previamente retirados, a fim de melhorar as fundações dos aterros e/ou cortes.

O lançamento do material para a construção dos aterros deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais que permitam o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

umedecimento e compactação. Para o corpo dos aterros, a espessura da camada não deverá ultrapassar 0,30 m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,20 m.

Os materiais para os aterros deverão ser isentos de matérias orgânicas. Turfas e argilas orgânicas não devem ser empregadas. Na execução do corpo dos aterros não será permitido o uso de materiais que tenham baixa capacidade de suporte (ISC 112%) e expansão maior do que 4% com energia do AASHTO T-99 (Proctor Normal).

A execução dos aterros deverá prever a utilização racional de equipamentos apropriados, atendidas as condições locais e a produtividade exigida.

Na construção dos aterros poderão ser empregados tratores de lâmina, motoniveladoras, rolos liso e pé-de-carneiro vibratório, arados, grade de disco, caminhões pipa etc.

Será realizado ensaio de grau de compactação de pista a fim de verificar a compactação do material empregado, caso seja granulométrica grande será feito teste de carga.

A medição do serviço de aterro e compactação será feita em m³, executado na pista.

Estes serviços serão executados pela Secretaria de Obras do Município com a fiscalização do engenheiro da empresa COTRATADA.

3. PAVIMENTAÇÃO

A pavimentação asfáltica será implantada com três estruturas diferentes:

- Sobre a via existente: pintura de ligação com capa asfáltica de CBUQ com 5cm de espessura compactada;

- Na faixa de rolamento a construir: sub-leito regularizado, camada de bloqueio com brita anti-extrusiva, brita graduada com 20cm de espessura compactada, imprimação, pintura de ligação e capa asfáltica de CBUQ com 5cm de espessura compactada;

- Na ciclovia a construir: sub-leito regularizado, camada de bloqueio com brita anti-extrusiva, brita graduada com 15cm de espessura compactada, imprimação, pintura de ligação e capa asfáltica de CBUQ com 5cm de espessura compactada;

3.1 Regularização do Subleito

Regularização é a operação destinada a conformar o leito estrada, quando necessário, transversal e longitudinalmente, compreendendo cortes ou aterros até 0,20m de espessura. O que exceder a 0,20m será considerado como terraplenagem. De um modo geral, consiste num conjunto de operações, tais como escarificação, umedecimento ou aeração, compactação, conformação, etc, de forma que a camada concluída atenda às condições de greide e seção transversal indicados no projeto.

Esta especificação destina-se à regularização do subleito de rodovias a pavimentar, com terraplenagem já concluída. Para a regularização do subleito, deve ser atendida a Especificação DAER ES-P 01/91.

A regularização do subleito será paga por m² de área regularizada.

3.2 Brita Anti-extrusiva

Sobre toda a largura do sub-leito, deverá ser espalhada uma camada de brita com espessura de 3,00cm, com o objetivo de proteger a camada de subleito regularizada e compactada da ação da chuva. Após o espalhamento da brita o sub-leito deverá ser umedecido e camada de brita ser acomodada com rolo compactador com tambor liso.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

O pagamento será feito em m³ de material aplicado e seu transporte em item específico, conforme material aplicado.

3.3 Base de brita graduada

Sobre a camada de brita anti-extrusiva, será executada a camada de brita graduada, com compactação de 100% do Proctor Modificado, comprovado com ensaios de densidade. Depois da compactada a base deverá ter espessura de 20 cm para o trecho na rua e espessura de 15 cm para a ciclovia.

A largura da camada superior da base deverá ser executada com 10cm a mais de folga em cada borda para melhor compactação e proteção da camada superior de CBUQ, a acomodação da camada se dará por um talude de inclinação não superior a 1:1 (saída da base), sendo a largura inferior da camada considerada na seção transversal será dada pela largura da pista + folgas laterais + avanço do talude da saída.

Para a execução da base a contratada deverá usar equipamentos adequados, ou seja, motoniveladora, rolo vibratório liso e caminhão pipa.

O pagamento da brita graduada será feito de acordo com a seção transversal tipo, com base no preço unitário, apresentado para este serviço, englobando obtenção dos materiais, mistura, espalhamento, compactação, mão de obra e equipamentos eventuais a esse serviço. O transporte do material será pago em separado, conforme quantidade de material aplicado.

3.4 Imprimação

Imprimação é uma pintura de material betuminoso aplicada sobre toda a superfície da base de brita graduada, objetivando:

- a) aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;
- b) promover condições de aderência entre a base e o revestimento;
- c) impermeabilizar a base.

O ligante asfáltico indicado, para a imprimação é o asfalto diluído tipo CM-30. A taxa de aplicação é a taxa máxima que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base e do material betuminoso escolhido.

A imprimação será paga por metro quadrado. Deverá ser seguida a Especificação DAER-ES-P-12/91.

3.5 Pintura de Ligação

A Pintura de ligação será aplicada sobre a pista existente, quando da execução da regularização com CBUQ nos pontos isolados e previamente antes da aplicação da capa asfáltica com CBUQ tanto na pista que será recapeada quanto na pista nova.

O material utilizado para a Pintura de Ligação será o RR-2C. A taxa de aplicação de emulsão diluída é da ordem de 0,4 l/m² a 0,6 l/m², após a sua diluição em água, determinada experimentalmente. Em dias de chuva ou quando estiver eminente não serão realizados os serviços.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
“PEQUENO GRANDE PAGO”

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bombareguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição deverão ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento de ligante.

Os carros distribuidores deverão dispor de termômetros, em locais de fácil observação, e, ainda, um espargidor manual para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em pelo menos, um dia de trabalho.

A Pintura de ligação será paga por preço unitário, em m². Deverá ser seguida a Especificação DAER-ES-P-13/91

3.6 Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)

A composição de mistura deverá satisfazer os requisitos da faixa B do DAER.

O revestimento em CBUQ terá uma espessura final de 5,0 cm após a compactação na tanto na pista recapada como nas vias novas, ciclovia e nos encaixes.

O material ligante usado é o CAP 50/70, e os agregados serão constituídos por material basáltico britado.

A execução do revestimento em CBUQ deverá ser realizada por vibroacabadora, compactação com rolo pneumático e acabamento com rolo tipo tandem, propiciando um bom acabamento de superfície. Deverá ser seguida a Especificação DAER-ES-P-16/91.

Um aspecto importante na execução dos pavimentos asfálticos principalmente com Concreto Betuminoso Usinado à Quente, é a localização da Usina para produção de misturas asfálticas.

Vários fatores sofrem influência da localização da Usina, dentre eles citamos:

TEMPO DE VIAGEM: deve ser o menor possível entre a Usina e a obra, para reduzir as consequências danosas sobre a relação “temperatura-viscosidade”. Se o tempo de viagem for grande, devido ao longo percurso ou a baixa velocidade de tráfego ocasionada por congestionamento no trânsito, ou neblina, ou más condições de tráfego dos caminhos utilizados, poderá induzir ao uso do artifício do “super aquecimento” da mistura, prática que normalmente leva a redução da sua qualidade ou até a chamada “queima” da mistura, desqualificando-a para uso.

DISTÂNCIA: deve ser a menor possível até o local da obra porque tem repercussão na manutenção da qualidade da mistura produzida. A qualidade da mistura poderá ser sensivelmente prejudicada se o transporte for realizado percorrendo caminhos longos e de más condições de trânsito, com trepidação excessiva, que poderá causar uma danosa segregação dos materiais.

TEMPERATURA: as condições climáticas agem diretamente sobre a qualidade das misturas devido às variações que podem provocar na temperatura ambiente,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

principalmente em regiões de clima frio, nas épocas de outono e inverno. Com a distância e tempo de viagem longas, estas variações dos índices de temperatura podem atingir magnitude a ponto de comprometer as condições de espalhamento e compactação nas especificações (DAER - ES- P – 16/91).

FISCALIZAÇÃO: a fiscalização precisa estar presente em todas as etapas de execução da pavimentação, seja na preparação da mistura ou no espalhamento e compactação na estrada. Em função da distância Usina-obra e das dimensões da obra, a fiscalização, far-se-á o dimensionamento da equipe de fiscalização (maior ou menor custo). Outro aspecto a considerar são os conflitos entre fiscalização e executores, que ocorrem quando da rejeição de material inaproveitável devido ao resfriamento e perda da qualidade causada pela queda de temperatura desde a Usina até o trecho em pavimentação. Quando as distâncias e os tempos de viagem forem longos, esta situação poderá ser bastante frequente. Considerando estes fatores, entendemos recomendável que a distância máxima local de instalação da Usina para Misturas Asfálticas, em relação ao trecho em obras, não seja superior a 60 km, distâncias estas que, com os devidos cuidados, diante de condições climáticas favoráveis, não comprometerão a qualidade das misturas produzidas para a obra.

5. DISPOSIÇÃO FINAL

É de responsabilidade do executor da obra o fornecimento, bem como exigir a utilização, dos equipamentos de proteção individual (EPIs) a todos que vierem prestar serviço na obra.

Durante a execução a via deverá estar permanentemente sinalizada a fim de se evitar acidentes, conforme determina o Denatran.

Todos os procedimentos, especificados ou não, que forem necessários a execução da obra deverão atender aos preceitos das Normas Técnicas pertinentes.

Serão de responsabilidade da CONTRATADA a apresentação de Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os ensaios realizados em cada etapa dos serviços, conforme exigências normativas do DAER e Município, sendo que os mesmos deverão ser entregues ao município por ocasião de cada medição.

Ao final da obra deverá ser realizada a limpeza geral e remoção de todos os materiais inservíveis.

André da Rocha, 09 de Abril de 2021

Achiles M. Bertussi Jr.
Eng. Civil Crea - RS 88245 D

Sérgio Carlos Moretti
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
 “PEQUENO GRANDE PAGO”

ANEXO III- EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021

Orçamento de Custos Recapeamento Asfáltico

MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA - RS										
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO										
1 RECAPEAMENTO COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - AV. MARCOLINO P. VIEIRA - ANDRÉ DA ROCHA -RS.										
TRECHO			EXTENSÃO (m)	LARGURA MÉDIA (m)	ÁREA PISTA (m²)	ÁREA CONCORD. (m²)	ÁREA TOTAL (m²)			
					-		5.685,60			
Item	Descrição	Codigo	Quant.	Unid.	Preço Unitário (R\$)			Preço Total (R\$)		
		Sinapi			Mat/Equip.	M.Obra	Total c/ BDI	Mat/Equip.	M.Obra	Total c/ BDI
1	Serviços Preliminares									
1.1	Placa de obra 2,40x1,20m modelo Município	4813	2,88	m²	210,85	37,21	248,06	607,25	107,16	714,41
1,2	Engenheiro Civil de obra com encargos complementares	90778	30,00	hora	113,19	19,98	133,17	3395,70	599,40	3.995,10
1,3	Mobilização de equipamentos (não incluso BDI)	COMP. 03	1,00	Vb	1.343,72	237,13	1.580,85	1343,72	237,13	1.580,85
	Total do item 1							5.346,67	943,69	6.290,36
2	Pavimentação asfáltica									
2.1	Limpeza e lavagem de pista com jato de pressão de água	99814	5.685,60	m²	1,81	0,10	1,91	10.290,94	568,56	10.859,50
2.2	Pintura de ligação com RR-2C para reperfilagem	96402	5.685,60	m²	2,19	0,12	2,31	12.451,46	682,27	13.133,73
2.3	Reperfilagem c/ CBUQ espessura 3,0 cm	COMP. 02	170,57	m³	850,45	44,76	895,21	145.061,26	7.634,71	152.695,97
2.4	Pintura de ligação com RR-2C para capa	96402	5.685,60	m²	2,19	0,12	2,31	12.451,46	682,27	13.133,73
2.5	Capa asfáltica em CBUQ, espessura 5,0 cm	COMP. 01	284,28	m³	1.019,13	53,64	1.072,77	289.718,28	15.248,78	304.967,06
2.6	Elevada em asfalto CBUQ, espessura média 10,0 cm	COMP. 01	23,50	m³	1.019,13	53,64	1.072,77	23.949,56	1.260,54	25.210,10
2.7	Transporte do CBUQ DMT < 20 Km	95303	12.437,10	m³xkm	1,13	0,06	1,19	14.053,92	746,23	14.800,15
2.8	Controle Tecnológico	-	1,00	Vb	3.534,86	186,04	3.720,90	3.534,86	186,04	3.720,90



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

ANEXO III- EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021

ORÇAMENTO DE CUSTOS TRECHO –LADO A

Cliente: MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA - RS									
Obra: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ									
Local: AV. MARCOLINO P. VIEIRA - VIA PÚBLICA - ESTRUTURA 01 - LADO "A"				ÁREA:	4.518,20	m2			
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)			TOTAL GERAL (R\$)	
					M.O./ MAT	BDI = 24,03%	TOTAL (R\$)		
1		SERVIÇOS PRELIMINARES							
1.1	4813	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	m²	2,88	200,00	48,06	248,06	714,41	
1.2	90781	TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	35,00	31,80	7,64	39,44	1.380,45	
1.3	90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	35,00	107,37	25,80	133,17	4.660,99	
		TOTAL DO ITEM 1							6.755,85
2		DRENAGEM							
2.1		SARJETA NATURAL			POR CONTA DO MUNICÍPIO				
2.2		TUBO DN 400 mm e 600 mm			POR CONTA DO MUNICÍPIO				
		TOTAL DO ITEM 2							-
3		PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA							
3.1		REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUBLEITO			POR CONTA DO MUNICÍPIO				
3.2		SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA			POR CONTA DO MUNICÍPIO				
3.3	96396	CAMADA DE BRITA CORRIDA ANTIINTRUSIVA PARA BLOQUEIO DA PISTA -ESPESSURA 3,00 CM	m³	135,55	90,33	21,71	112,04	15.186,07	
3.4	96396	BASE COM BRITA GRADUADA SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE - ESPESSURA 20,00 CM	m³	903,64	90,33	21,71	112,04	101.240,48	
3.5	100993	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE BRITA ANTIINTRUSIVA, COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3	m³	135,55	3,26	0,78	4,04	548,06	
3.6	100993	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE BRITA GRADUADA, COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3	m³	903,64	3,26	0,78	4,04	3.653,76	
3.7	93590	TRANSPORTE COMERCIAL, DE BRITA GRADUADA (DO BRITADOR ATÉ A OBRA) DMT = 23,00 KM	m³xKm	20.783,72	0,60	0,14	0,74	15.466,83	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
 “PEQUENO GRANDE PAGO”

3.8	96401	IMPRIMAÇÃO COM CM-30.	m ²	4.518,20	6,61	1,59	8,20	37.041,93
3.9	96402	PINTURA DE LIGAÇÃO COM RR-2C	m ²	4.518,20	1,86	0,45	2,31	10.423,30
3.10	COMP. 01	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - ESPESSURA 5,00 CM	m ³	225,91	864,93	207,84	1.072,77	242.350,08
3.11	100985	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE MISTURA BETUMINOSA, COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3	m ³	225,91	4,75	1,14	5,89	1.330,93
3.12	93590	TRANSPORTE COMERCIAL, DE MASSA ASFÁLTICA (USINA ATÉ A OBRA) DMT = 23,00 KM	m ³ xKm	5.195,93	0,60	0,14	0,74	3.866,71
TOTAL DO ITEM 3								431.108,15
TOTAL GERAL (R\$)								437.864,00
TABELA SINAPI FEV 2021 - NÃO DESONERADO			André da Rocha, 09 de Abril de 2021.					
Eng Civil Achilles m. Bertussi Jr					Sergio Carlos Moretti			
CREA 88245					Prefeito Municipal			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
 “PEQUENO GRANDE PAGO”

ANEXO III- EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021

ORÇAMENTO DE CUSTOS TRECHO –LADO B

Cliente: MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA - RS									
Obra: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ									
Local: AV. MARCOLINO P. VIEIRA - VIA PÚBLICA - ESTRUTURA 01 - LADO "B"				ÁREA:	4.980,20	m2			
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDA DE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)			TOTAL GERAL (R\$)	
					M.O./ MAT	BDI = 24,03%	TOTAL (R\$)		
1		SERVIÇOS PRELIMINARES							
1.1	4813	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	m²	2,88	200,00	48,06	248,06	714,41	
1.2	90781	TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	35,00	31,80	7,64	39,44	1.380,45	
1.3	90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	35,00	107,37	25,80	133,17	4.660,99	
		TOTAL DO ITEM 1							6.755,85
2		DRENAGEM							
2.1		SARJETA NATURAL			POR CONTA DO MUNICÍPIO				
2.2		TUBO DN 400 mm e 600 mm			POR CONTA DO MUNICÍPIO				
		TOTAL DO ITEM 2							-
3		PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA							
3.1		REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUBLEITO			POR CONTA DO MUNICÍPIO				
3.2		SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA			POR CONTA DO MUNICÍPIO				
3.3	96396	CAMADA DE BRITA CORRIDA ANTIINTRUSIVA PARA BLOQUEIO DA PISTA -ESPESSURA 3,00 CM	m³	149,41	90,33	21,71	112,04	16.738,90	
3.4	96396	BASE COM BRITA GRADUADA SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE - ESPESSURA 20,00 CM	m³	996,04	90,33	21,71	112,04	111.592,64	
3.5	100993	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE BRITA ANTIINTRUSIVA, COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3	m³	149,41	3,26	0,78	4,04	604,10	
3.6	100993	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE BRITA GRADUADA, COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3	m³	996,04	3,26	0,78	4,04	4.027,37	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
 “PEQUENO GRANDE PAGO”

3.7	93590	TRANSPORTE COMERCIAL, DE BRITA GRADUADA (DO BRITADOR ATÉ A OBRA) DMT = 23,00 KM	m³xKm	22.908,92	0,60	0,14	0,74	17.048,36
3.8	96401	IMPRIMAÇÃO COM CM-30.	m²	4.980,20	6,61	1,59	8,20	40.829,59
3.9	96402	PINTURA DE LIGAÇÃO COM RR-2C	m²	4.980,20	1,86	0,45	2,31	11.489,11
3.10	COMP. 01	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - ESPESSURA 5,00 CM	m³	249,01	864,93	207,84	1.072,77	267.131,12
3.11	100985	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE MISTURA BETUMINOSA, COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3	m³	249,01	4,75	1,14	5,89	1.467,02
3.12	95875	TRANSPORTE COMERCIAL, DE MASSA ASFÁLTICA (USINA ATÉ A OBRA) DMT = 23,00 KM	m³xKm	5.727,23	1,52	0,37	1,89	10.797,29
TOTAL DO ITEM 3								481.725,50
TOTAL GERAL (R\$)								488.481,36
TABELA SINAPI FEV 2021 - NÃO DESONERADO			André da Rocha, 09de Abril de 2021.					
Eng Civil Achilles m. Bertussi Jr					Sergio Carlos Moretti			
CREA 88245					Prefeito Municipal			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

ANEXO IV- EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DO TRECHO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA - RS									
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO									
1	CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO								
RECAPEAMENTO COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - AV. MARCOLINO P. VIEIRA - ANDRÉ DA ROCHA -RS.									
Item	Descrição	1º MÊS		2º MÊS		3º MÊS		TOTAL	
		(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor
1	Serviços Preliminares	100,00	6.290,36	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	6.290,36
2	Pavimentação asfáltica	40,00	215.408,45	40,00	215.408,45	20,00	107.704,24	100,00	538.521,14
3	Sinalização Viária	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	15.617,06	100,00	15.617,06
TOTAL DA ETAPA			221.698,81		215.408,45		123.321,30	100,00	560.428,56
TOTAL ACUMULADO			221.698,81		437.107,26	100,00	560.428,56		

André da Rocha, 09 de Abril de 2021.

Achiles M. Bertussi Jr.
- Eng. Civil

Crea - RS 88245 D

Município de André da Rocha
Prefeito Municipal - Sergio Carlos
Moretti



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

ANEXO IV- EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DO TRECHO PAVIMENTAÇÃO LADO A

Cliente: MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA - RS	Total 437.864,00
Obra: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ	
Local: AV. MARCOLINO P. VIEIRA - VIA PÚBLICA - ESTRUTURA 01 - LADO "A"	

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

Item	Discriminação dos Serviços	Peso %	Valor das obras e serviços	MESES				Acumulado R\$
				1 MÊS		2 MÊS		
				%	R\$	%	R\$	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,543	6.755,85	100,00	6.755,85	0,00	0,00	6.755,85
2	DRENAGEM	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
3	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	98,457	431.108,15	55,00	237.109,48	45,00	193.998,67	431.108,15
TOTAL	SIMPLES	100,00	437.864,00	55,69	243.865,33	44,31	193.998,67	R\$
	ACUMULADO			55,69	243.865,33	100,00	437.864,00	437.864,00

André da Rocha, 09 de Abril de 2021.

Eng Civil Achilles m. Bertussi Jr
CREA 88245

Sergio Carlos
Moretti
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

ANEXO IV- EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DO TRECHO PAVIMENTAÇÃO LADO B

Cliente: MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA - RS	Total 488.481,36
Obra: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ	
Local: AV. MARCOLINO P. VIEIRA - VIA PÚBLICA - ESTRUTURA 01 - LADO "B"	

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

Item	Discriminação dos Serviços	Peso %	Valor das obras e serviços	MESES				Acumulado R\$
				1 MÊS		2 MÊS		
				%	R\$	%	R\$	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,383	6.755,85	100,00	6.755,85	0,00	0,00	6.755,85
2	DRENAGEM	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
3	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	98,617	481.725,50	55,00	264.949,03	45,00	216.776,48	481.725,50
TOTAL	SIMPLES	100,00	488.481,36	55,62	271.704,88	44,38	216.776,48	R\$
	ACUMULADO			55,62	271.704,88	100,00	488.481,36	488.481,36

André da Rocha, 09 de Abril de 2021.

Eng Civil Achiles m. Bertussi Jr

CREA 88245

Sergio Carlos
Moretti
Prefeito
Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

ANEXO V

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021

DECLARAÇÃO

Ref. ao Processo de Licitação nº 34/2021

(Razão Social da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, em _____ de _____ de 2021.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

ANEXO VI

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME e EPP

(Razão Social da licitante) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por meio de seu Responsável Legal e Contador ou Técnico Contábil, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- enquadra-se na situação de (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte);
- o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06;
- não se enquadrará em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º, § 4º, incisos I a X, da mesma Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2021.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa

Nome completo, número de inscrição no CRC e assinatura do Contador ou Técnico Contábil da empresa





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

ANEXO VII

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

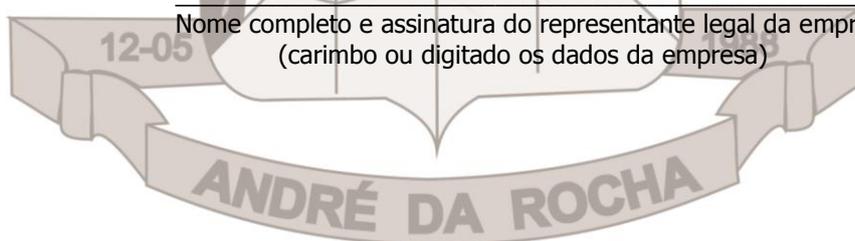
A empresa, por intermédio de seu Representante Legal Sr..... portador da Carteira de Identidade n.ºe CPF sob n.º....., declara sob as penas de lei que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do art. 87 da Lei 8.666/93, bem como a inexistência de fato superveniente impeditivo para contratação com o Poder Público, sendo que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha a alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira bem como declaro que:

- a) Não foi declarada inidônea ou suspensas de participação em licitações, por qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo;
- b) Não está impedido de transacionar com a Administração Pública
- c) Não foi apenada com rescisão de contrato, que por deficiência dos serviços, ou por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5(cinco) anos;
- d) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores .

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, de _____ de 2021.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa
(carimbo ou digitado os dados da empresa)





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2021

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA/RS**, pessoa jurídica de direito interno público, com sede na Rua Marcolino Pereira Vieira, 1393, no Município de André da Rocha/RS, inscrito no CNPJ sob nº 90.483.066/0001-72, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Sergio Carlos Moretti, brasileiro, casado, portador do RG nº 4044200444 SSP/RS e inscrito no CPF nº 531.506.940-00, residente e domiciliado na Avenida Buarque de Macedo 1443, em André da Rocha/RS, de ora em diante denominado de **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ sob nº, com sede na, na cidade de, neste ato representada pelo seu representante legal, Sr., CPF, de ora em diante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições e com base no processo licitatório supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

O presente contrato tem por objeto a execução da obra de recapeamento e pavimentação asfáltica com concreto betuminoso usinado a quente –CBUQ, na Avenida Marcolino Pereira Vieira, centro de André da Rocha com área a ser recapeada de 5.685,60m², e com área a ser pavimentada de 4.518,20m² no lado "A" e 4.980,20m² no lado "B", com fornecimento de material e mão de obra, em conformidade com os projetos, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro da obra, que fazem parte deste contrato, independente de transcrição.

Parágrafo único. A obra de recapeamento e pavimentação asfáltica com CBUQ deverá ser executada na Avenida Marcolino Pereira Vieira, centro de André da Rocha/RS.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do regime e prazos de execução da obra

O objeto deste contrato se dará sob a forma de regime de execução indireta, por empreitada por preço global, englobando materiais e mão-de-obra.

§ 1º. Será emitido pelo Setor de Engenharia o Termo de Início da Obra após a assinatura do contrato, para o início dos serviços.

§ 2º Os serviços deverão ser iniciados em até 05 (cinco) dias a contar da emissão do Termo de Início, expedido pelo Departamento de Engenharia.

§ 3º O prazo para conclusão da obra será de 90 (noventa) dias para o objeto deste edital, contados da expedição do Termo de Início da Obra, salvo motivo de força maior devidamente comprovado e aceito pelo Município, possibilitará a prorrogação do prazo.

§ 4º Poderão ser abatidos dos prazos e descontados tão-somente os dias de chuva e os impraticáveis, registrados nos diários de obras.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do preço

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, em contraprestação pelos serviços de que trata o presente contrato, o valor total global de **R\$..... (.....)**, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro anexo ao presente instrumento, sendo **R\$** de materiais e **R\$** correspondente à mão-de-obra.

§ 1º No preço estão inclusos todos os custos com material, mão-de-obra, inclusive o BDI (impostos, taxas, tarifas, contribuições sociais, encargos trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais de qualquer espécie, que eventualmente incidam sobre a operação, lucro do empreendimento, ou, ainda, despesas com seguros, transporte, frete, cargas e descargas, ferramentas, maquinário, equipamentos, sinalização, etc.), não cabendo mais nenhuma importância a ser saldada pelo CONTRATANTE à CONTRATADA.

§ 2º Os preços contratados serão considerados completos e suficientes para a execução de todos os serviços, objeto do contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de parte da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - Das condições e prazo de pagamento e composição financeira

O pagamento de cada etapa da obra será efetuado conforme cronograma físico financeiro, ocorrendo no



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

prazo de até 10 dias a contar do recebimento da fatura acompanhada do laudo de medição dos serviços executados constantes no cronograma físico-financeiro incluso no edital e apresentado pela Contratada, mediante aprovação pelo fiscal da obra e Setor de Engenharia do Município.

§ 1º Quando do pagamento da primeira parcela do contrato a ser firmado, será exigida, pela Secretaria Municipal da Fazenda, a comprovação da matrícula da obra no CEI (Cadastro Específico do INSS), referente ao objeto contratado, a folha de pagamento e rol contendo a nominata da totalidade dos funcionários da Contratada alocados para a execução da obra contratada e comprovantes dos recolhimentos do FGTS e INSS.

§ 2º Para o efetivo pagamento, das parcelas posteriores, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço.

§ 3º Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

§ 4º A última parcela da obra somente será quitada mediante a apresentação do comprovante de baixa da matrícula no CEI, juntamente com a GPS, Certidão Negativa de Débito, referente ao objeto da contratação, folha de pagamento e comprovantes de regularidade com o FGTS e, ainda, somente após a conclusão total da obra, que se dará por meio do Termo de Recebimento Definitivo, lavrado pela Comissão de Fiscalização.

§ 5º O pagamento somente será efetuado após a vistoria, fiscalização e liberação de cada etapa, com acompanhamento do fiscal da Obra, atendidas as disposições do Contrato Administrativo e Tomada de Preços n.º 01/2021.

§ 6º A inadimplência da licitante com relação aos encargos sociais, trabalhistas, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere ao Município a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado.

§ 7º Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 8º Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§ 9º Obrigatoriamente a Nota Fiscal deverá conter o número do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA QUINTA- Do reequilíbrio econômico-financeiro e do reajuste

Os valores poderão ser revistos, a requerimento da contratada, para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

Parágrafo único. Os valores da proposta não sofrerão qualquer reajuste nos termos da Lei nº 9.069/1995 e Lei nº 10.192/2001.

CLÁUSULA SEXTA- Das condições de recebimento do objeto

Na ocasião do recebimento do objeto deste Processo Licitatório, em cada fase e/ou etapa da obra, serão verificadas e avaliadas as características cotadas na proposta vencedora, adequadas e vinculadas ao instrumento convocatório (quantidades, qualidade e especificações) e as disposições do Contrato.

§ 1º Os serviços incompletos, defeituosos ou em desacordo com os Projetos e Memorial Descritivo deverão ser refeitos, imediatamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, não cabendo à licitante vencedora o direito à indenização, ficando sujeita às sanções previstas neste edital.

§ 2º. A recusa da contratada em atender ao solicitado levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.

§ 3º O recebimento definitivo da obra não exime a licitante vencedora de responsabilidade pela sua qualidade, quantidades, segurança e compatibilidade com o fim a que se destina e demais peculiaridades da mesma, conforme responsabilidade prevista na legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA: Dos direitos, responsabilidades e obrigações das partes

1 - Dos direitos:

I - Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados após a análise, aprovação e liberação do setor de engenharia do Município;

II - Ficam assegurados os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa, conforme disposto no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.

2- Das obrigações:

Compete ao CONTRATANTE:

I - efetuar os pagamentos ajustados, no prazo estabelecido;

II - dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do contrato;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

- III - fiscalizar, orientar, impugnar e dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto contratado;
- IV - receber a obra contratada e lavrar termo de recebimento provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações, rejeitá-lo no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo da obra;
- V - fornecer a Ordem de Início da obra.

A CONTRATADA obriga-se a:

- I - executar e entregar o objeto deste contrato segundo as especificações do edital e do presente contrato, obedecendo rigorosamente às disposições contidas nos projetos, memoriais descritivos, orçamento de custo de quantitativos, cronograma físico-financeiro, planta baixa e demais dados técnicos;
- II - proceder à execução da obra contratada nas datas e prazos previstos no cronograma físico-financeiro da obra;
- III - assumir todas as despesas necessárias à consecução do objeto contratado;
- IV - arcar com encargos trabalhistas, tributários, fiscais, previdenciários, comerciais, fretes, tarifas, seguros, cargas e descargas, transporte, material, mão-de-obra, maquinários equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a obra resultante deste contrato, bem como os riscos atinentes à atividade;
- V - arcar com todas as despesas referentes à segurança do trabalho na obra e vias públicas, bem como a responsabilidade civil contra terceiros;
- VI - dispor e fornecer toda a mão-de-obra, materiais (conforme projetos e memoriais descritivos), ferramentas, equipamentos, maquinários e pessoal técnico especializado necessários à perfeita execução da obra de que trata o presente contrato;
- VII - atribuir os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos;
- VIII - atender ao disposto na legislação trabalhista e previdenciária, no que tange à área de Segurança e Medicina do Trabalho, em especial ao previsto nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;
- IX - assegurar os empregados contra riscos de acidentes de trabalho;
- X - indenizar terceiros e ao CONTRATANTE por todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrente de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93;
- XI - manter o local de execução da obra perfeitamente sinalizado, conforme CTB (Código de Trânsito Brasileiro) e seus anexos, visando à segurança de veículos e pedestres, bem como à limpeza dos locais onde estiver efetuando os serviços, com a devida remoção de lixo e dos entulhos e materiais remanescentes;
- XII - corrigir, reparar e/ou efetuar a substituição de material inadequado, e/ou os serviços incompletos, defeituosos ou em desacordo com os projetos e memoriais descritivos, refazendo imediatamente, em até 10 (dez) dias da impugnação ou manifestação da CONTRATANTE, sem qualquer ônus ou indenização. Não sendo possível, deverá indenizar o valor correspondente, acrescido de perdas e danos;
- XIII - arcar com as despesas com demolições e reparos de serviços mal executados ou errados, por sua culpa, nos termos do art. 618 do Código Civil;
- XIV - apresentar ao CONTRATANTE a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), registrada no CREA, do Responsável Técnico pela execução da obra, sem a qual a obra não poderá ser iniciada, juntamente com os dados de identificação de seu preposto;
- XV - apresentar ao CONTRATANTE, quando do início da obra, a relação com o nome, o número da carteira de identidade e da carteira de trabalho dos funcionários que participarão dos trabalhos, devendo anexar cópia da carteira de trabalho dos indicados na relação, comprovando que pertencem ao seu quadro permanente. Em caso de eventuais substituições, a licitante vencedora deverá comunicar com antecedência ao Município, por escrito, e apresentar as novas comprovações;
- XVI - entregar, para fins de efetivo pagamento, a documentação necessária solicitada neste contrato, devendo, ainda, se manter regularizada com as contribuições sociais, fiscais e demais encargos sociais, trabalhistas, comerciais ou outros, responsabilizando-se pelos seus devidos recolhimentos, nos prazos legais, decorrentes da execução da obra e durante todo o período contratual;
- XVII - manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas no certame licitatório, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XVIII - apresentar, durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários tributários e fiscais, assumindo inteira responsabilidade pelas obrigações;
- XIX - efetuar o recolhimento de garantia no montante de 5% (cinco por cento) sobre o valor total a ser contratado, numa das modalidades previstas no art. 56 e § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 8.666/93;
- XX - responder pela qualidade, quantidade, perfeição, segurança e demais características da obra, bem como observação às normas técnicas e especificações da ABNT;
- XXI - entregar a obra completamente limpa, acabada, desembaraçada de equipamentos, máquinas, sobras de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

material e com todas as instalações em perfeito funcionamento;

XXII - assegurar livre acesso por parte da fiscalização a todas as partes da obra em andamento;

XXIII - remover da obra de forma imediata todo e qualquer material não aprovado pela fiscalização;

XXIV - chamar a fiscalização, com antecedência razoável, sempre que houver necessidade;

XXV - assumir, para todos os efeitos, perante a CONTRATANTE a responsabilidade direta e integral por todos os serviços realizados;

XXVI - prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender, prontamente;

XXVII - a CONTRATADA não pode subcontratar ou transferir total ou parcial dos serviços que compõem o objeto desta licitação;

XXVIII - a CONTRATADA obrigar-se a aceitar, nas mesmas condições iniciais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do objeto;

XXIX - não substituir o Responsável Técnico, salvo nos casos de força maior, e mediante prévia concordância do CONTRATANTE, apresentando para tal fim o acervo e a qualificação do novo técnico a ser incluído, que deverá ser igual ou superior ao do anterior;

XXX - o Responsável Técnico deverá comparecer, periodicamente, à obra e sempre que solicitado pela fiscalização municipal.

CLÁUSULA OITAVA - Das sanções e penalidades

À Contratada, obedecida a defesa prévia, serão aplicadas as sanções abaixo previstas, dentre outras estipuladas no Código de Posturas Municipal:

a) Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitado está a 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução contratual.

b) Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;

c) Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total de contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

§ 1º. As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

§ 2º No caso de incidência de uma das situações previstas de aplicação de penalidade ou multa o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento dessa, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

§ 3º Será considerado justificado o inadimplemento nos seguintes casos:

a) acidente que implique retardamento na entrega dos materiais e/ou na reposição dos mesmos, sem culpa da CONTRATADA;

b) falta ou culpa do CONTRATANTE;

c) caso fortuito ou força maior, conforme art. 393 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA NONA - Da vigência do contrato

O presente contrato entrará em vigor após a emissão da Ordem de Início dos serviços e vigorará até o recebimento definitivo da obra, que ocorrerá ao final do prazo estipulado de 90 (noventa) dias, possibilitando sua prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA: Da rescisão

São motivos de rescisão do contrato aqueles inscritos no artigo 78 da lei regente, acrescidos do seguinte:

I - a reiteração de impugnação dos serviços, evidenciando a incapacidade da CONTRATADA no cumprimento satisfatório do contrato;

II - recusa injustificada de início da obra, atraso injustificado no início da obra, na sua entrega total e/ou de suas etapas, entrega em desacordo com o contrato, reincidência em imperfeição já notificada pelo CONTRATANTE, bem como qualquer das situações expressamente previstas no edital de licitação;

III - quando ocorrer razões de interesse público justificado.

§ 1º. Este contrato poderá ser rescindido:

I - por ato unilateral do CONTRATANTE, nas hipóteses dos incisos I a XII e XVII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

II - amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que conveniente para o CONTRATANTE;

III - judicialmente, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Das garantias da obra

A obra, objeto do presente contrato, tem garantia de 5 (cinco) anos, consoante o art. 618 do Código Civil Brasileiro, e por 20 (vinte) anos, nos termos da súmula 194 do Superior Tribunal de Justiça.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Das perdas e danos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
"PEQUENO GRANDE PAGO"

A parte que der causa à rescisão do contrato por dolo ou culpa ficará obrigada a indenizar a outra o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias após a notificação da parte adversa, garantida a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Da vinculação

O presente contrato está vinculado ao Processo de Licitação nº 34/2021, Tomada de Preços nº 01/2021, e à proposta do vencedor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Da dotação orçamentária

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

0601 1018 Pavimentação, repavimentação e revitalização de vias
449051990000-Outras obras e Instalações

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- Da fiscalização

Para acompanhamento e fiscalização da obra, objeto desta licitação, o Município designa por Portaria os servidores que acompanharão a execução até o recebimento da mesma nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único - Os técnicos da fiscalização deverão dispor de amplo acesso às informações, locais das obras e serviços que julgarem necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- Dos anexos

Constituem anexos do presente contrato:

I - Cronograma Físico-financeiro; e

II - Planilha de orçamento de custos e quantitativos unitários.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- Da legislação aplicável

Este contrato rege-se pela Lei Federal nº 8.666/93, inclusive em suas omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Do foro

As partes elegem o Foro da Comarca de Nova Prata/RS, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões que eventualmente venham a surgir em relação ao presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, na presença das testemunhas instrumentárias.

André da Rocha/RS,

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____

12-05

1988

ANDRÉ DA ROCHA

Esta minuta de contrato se encontra examinada e aprovada por esta Assessoria Jurídica.

Em ___/___/____.

Assessor(a) Jurídico(a)